

## **CARF 95 anos**

### **Quando tudo começou**

Há 95 anos, em 14 de setembro de 1925, era instalado o primeiro Conselho Administrativo para julgar o contencioso tributário federal brasileiro. Tratava-se do Conselho de Contribuinte do Imposto de Renda. Posteriormente foram criados outros conselhos.

Em 2009, esses conselhos foram unificados no atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já nasceu com uma experiência de oitenta e cinco anos de imparcialidade na solução de litígios fiscais, e hoje apresenta sólidos resultados, contribuindo para um país com maior segurança jurídica, buscando sempre a redução dos litígios tributários e aduaneiros no âmbito administrativo e, por consequência, no judicial.

A cada dia, o Conselho vem adquirindo mais respeito e reconhecimento dos poderes constituídos e da sociedade – não há uma grande causa tributária ou aduaneira que não tenha sido debatida nos seus plenários.

### **Um pouco da história do contencioso e dos Conselhos que antecederam o CARF**

#### O contencioso no Império

O contencioso administrativo no Brasil acompanhou a instalação dos órgãos fiscais nas Capitânicas Hereditárias. Em cada uma delas havia um provedor da Fazenda Real designado para coordenar o lançamento, mas também as funções judicantes nos processos fiscais. Em 1760, após mais de duzentos anos, D. José I criou o Erário Régio em Portugal e iniciou no Brasil a substituição das provedorias pelas Juntas de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, mais conhecidas por Juntas da Real Fazenda. Com isso, as decisões de primeira instância e os recursos para a instância superior couberam a órgãos de deliberação coletiva, sediados a princípio na Bahia e depois no Rio de Janeiro.

Os julgamentos fiscais em matérias especializadas, "contratos" do sal, das baleias, da administração da Junta do Comércio Geral e outros, bem como as "Mesas de Inspeção do Açúcar e do Tabaco", eram realizados pelos "juizes conservadores".

#### O contencioso na época da Família Real no Brasil

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, abriu caminho para uma transformação no sistema das Juntas da Real Fazenda. O velho Erário Régio português, transferido ou recriado no Rio de Janeiro no próprio ano de 1808, originou o Ministério da Fazenda. Nesse ano, o julgamento de processos foi centralizado, por D. João VI, no Tribunal do Conselho de Fazenda, órgão de última instância para o contencioso administrativo, ao qual estavam subordinadas as Juntas da Real Fazenda. O Conselho existiu até à

República, em 1891, entretanto, deixou de ser julgador em 1831, quando suas atribuições foram divididas entre o Tribunal do Tesouro Nacional e os juízes territoriais.

#### O contencioso na República

Em 1892, o Decreto nº 1.166 restabeleceu o Conselho como órgão consultivo, composto do Presidente do Tribunal de Contas e dos Diretores do Tesouro, reunindo-se sempre que convocado pelo Ministro da Fazenda. Em 1898, passou a ser presidido pelo Ministro da Fazenda e foi novamente extinto em 1921.

#### Os conselhos que antecederam o CARF

O primeiro deles foi o Conselho do Imposto de Renda, instalado em 14 de setembro de 1925, após quase um ano de sua criação pelo Decreto nº 16.580, de 1924, que aprovou o regulamento do Imposto de Renda. Vencida uma longa luta para a instituição desse tributo, o governo, cauteloso, previa que o Conselho dava garantias aos cidadãos. Para presidir esse colegiado foi nomeado o ex-ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões, que, como senador, fora um dos maiores defensores do novo tributo. Foram designados pelo Ministro da Fazenda, como membros desse Conselho, servidores públicos e pessoas representativas no mundo político e jurídico do país, como o jurista Levi Carneiro, o tributarista Severiano de Andrade Cavalcanti, o ex-ministro da Justiça Esmeraldino Bandeira, Guilherme da Silveira Filho, que viria a ser o futuro Ministro da Fazenda, entre outros.

Em 1931 foi regulamentado o Conselho dos Impostos do Consumo, que havia sido criado pelo Decreto nº 5.157, de 1927. Esse colegiado, também paritário, era composto por doze conselheiros e tinha a competência para julgar os recursos interpostos ao Ministro da Fazenda referentes aos impostos de consumo, à classificação e valor das mercadorias e às multas. O primeiro presidente eleito pelos membros foi Francisco de Oliveira Passos, conhecido por ter sido um dos autores do projeto do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Em março de 1934 foram extintos os Conselhos do Imposto sobre a Renda e do Imposto de Consumo e instalados os novos Conselhos: o 1º Conselho de Contribuintes para tratar do imposto de renda, imposto do selo e imposto sobre vendas mercantis, cujo primeiro presidente foi Randolpho Fernandes das Chagas; o 2º Conselho de Contribuintes para as questões relacionadas ao imposto de consumo, às taxas de viação e às taxas e contribuições internas, presidido primeiramente por Mário Foster Vidal da Cunha Bastos; e o Conselho Superior de Tarifa que tratava da classificação de mercadorias, de valor, de contrabando e quaisquer outras decorrentes de leis ou regulamentos aduaneiros, para o qual foi nomeado Antônio Eduardo Lenhoff Britto.

Em 30 de outubro de 1964, por meio do Decreto nº 54.767, foi criado o 3º Conselho de Contribuintes, mediante o desmembramento da Segunda Câmara do 2º Conselho.

Em 1972, por meio do Decreto nº 70.235, que até hoje regula o Processo Administrativo Fiscal (PAF), foi instituído o 4º Conselho, em decorrência da nova denominação do Conselho Superior de Tarifa. Posteriormente, em 1977, o 3º Conselho foi extinto e suas competências transferidas para o 2º Conselho. O 4º assumiu a denominação de Terceiro.

### **O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

Em maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, foram unificados o 1º, o 2º e o 3º Conselho de Contribuintes e a Câmara Superior de Recursos Fiscais em um único colegiado, para atender a necessidade de enfrentar os desafios da modernidade, racionalizar as atividades administrativas, otimizar os trâmites processuais e dar celeridade às soluções dos litígios fiscais.

Em 2010, ao completar 85 anos da instalação do primeiro conselho, foram adotadas algumas ações para maior visibilidade ao órgão e valorização aos servidores e conselheiros. Entre essas, destacam-se a instituição do Prêmio de Mérito Funcional Ministro Leopoldo de Bulhões, voltado ao reconhecimento meritório de seus conselheiros e servidores; o Seminário de Direito Tributário e Aduaneiro, visando debater temas de interesse dos seus membros; e o Prêmio CARF de Monografia em Direito Tributário, criado para disseminar estudos e pesquisas sobre questões relacionadas ao julgamento administrativo.

### **Reconhecimento das pessoas.**

O Prêmio Mérito Funcional Ministro Leopoldo de Bulhões foi instituído com o objetivo de reconhecer e premiar servidores, conselheiros e colaboradores que se destacam pelos relevantes serviços prestados ao Estado e se distinguem no exercício de suas atividades, pelo desempenho das atribuições e zelo no cumprimento do dever e pelo exemplo de honradez profissional. O prêmio homenageia o presidente do primeiro Conselho Administrativo do Ministério da Fazenda. Notável defensor da criação do Conselho, José Leopoldo de Bulhões Jardim ao assumir o cargo já havia sido Ministro de Estado da Fazenda por duas vezes, nos governos dos presidentes Rodrigues Alves (1902-1906) e Nilo Peçanha (1910-1911).

### **Conheça momentos relevantes da história do contencioso administrativo no Brasil.**

- 1517** Criação das Feitorias;
- 1532** As Alfândegas substituem as Feitorias;
- 1549** Instalada a primeira Provedoria da Fazenda Real no Brasil, com competência para fiscalizar, arrecadar e julgar os recursos fiscais;
- 1760** Criados por D. José I o Erário Régio, em Portugal, e as Juntas da Real Fazenda, no Brasil. O contencioso administrativo passa para a Junta do Real Erário;
- 1808** A Família Real chega ao Brasil e transfere o Erário Régio para o Rio de Janeiro, que dá origem, em 28 de junho, ao atual Ministério da Fazenda;
- 1831** O Conselho da Fazenda deixa de ser órgão julgador e suas atribuições são divididas entre o Tribunal do Tesouro Nacional e os juízes territoriais;
- 1891/92** Extinto em 1891, pela República, o Conselho de Fazenda é restabelecido em 1892 como órgão consultivo presidido pelo Ministro da Fazenda;
- 1909/25** Extinto em 1909, pela Lei nº 2.083/09, o Conselho da Fazenda é recriado em 1918 (Lei nº 3.454) e novamente extinto em 1921 (Decreto nº 15.210);
- 1925** Realizada em 14 de setembro a sessão de instalação do Conselho de Contribuintes do Imposto de Renda do Distrito Federal, presidido por Leopoldo de Bulhões;
- 1928** Criado mais um Conselho de Contribuintes, responsável pelo julgamento de outros tributos;
- 1930/31** Fechamento dos Conselhos de Contribuintes em decorrência da ocupação do Rio de Janeiro, em outubro de 1930, reabrindo em março de 1931, sendo mantida a maior parte de seus membros pelo novo governo, num surpreendente sinal de respeito ao órgão;
- 1932** Interrompido o julgamento dos processos. No mês de Junho, durante a Revolução Constitucionalista, os Conselhos se reúnem, mas não deliberam;
- 1933** Dezembro marca o fim das atividades do Conselho do imposto de Renda. São criados o 1º e o 2º Conselho de Contribuintes;
- 1934** O 2º Conselho de Contribuintes é instalado no antigo edifício do Tesouro Nacional, na Avenida Passos, no Rio de Janeiro, ocorrendo a primeira distribuição de processos por sorteio;
- 1936** O Conselho de Contribuintes muda-se para o Instituto Nacional de Previdência, no qual fica até 1939, quando é transferido para o Palácio do Comércio, ambos no Rio de Janeiro;
- 1937** Registra-se em Ata a primeira sustentação oral feita por uma mulher, a advogada Maria José Natal Americano Brasil.
- 1940** O Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha extingue o Tesouro Nacional e o substitui pela Direção Geral da Fazenda Nacional. Criado o Conselho Superior de Tarifa, encarregado dos assuntos aduaneiros;
- 1942** Registrado em Ata um veemente protesto contra o afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães;

- 1943** Os Conselhos de Contribuintes mudam-se para o prédio sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro;
- 1945** A 2ª Guerra Mundial paralisa o comércio internacional. As receitas e os recursos aduaneiros caem vertiginosamente;
- 1956** O 1º Conselho de Contribuintes tem nova composição e atribuições e é dividido em duas Câmaras com seis membros cada;
- 1957** Estabelecido, pelo Decreto nº 40.829, o mandato de três anos para os Conselheiros. As Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio indicam seus representantes em listas tríplices;
- 1960** Brasília é inaugurada. É editada a Portaria de transferência do Conselho para a nova capital;
- 1964** Criado o 3º Conselho de Contribuintes, pelo desmembramento da Segunda Câmara do 2º Conselho. O Conselho Superior de Tarifa passa a denominar-se 4º Conselho de Contribuintes (Decreto nº 54.767);
- 1967** Os Conselheiros, até então nomeados pelo Presidente da República, são nomeados pelo Ministro da Fazenda. A Reforma Administrativa atinge os Conselhos, que perdem autonomia;
- 1973** Os Conselhos de Contribuintes chegam à Capital Federal e são instalados no edifício Zarife;
- 1977** O 3º Conselho de Contribuintes é extinto pelo Decreto nº 79.630. Suas atribuições e competências são transferidas para o 2º Conselho. O 4º Conselho passa a denominar-se 3º Conselho;
- 1979** Criada a Câmara Superior de Recursos Fiscais, constituída pelos presidentes e vice-presidentes dos Conselhos e das Câmaras (Decreto nº 83.304);
- 1991** Os Conselhos instalam-se no edifício Alvorada, no Setor Comercial Sul, onde hoje se encontra o CARF;
- 2009** Criado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, unificando os três Conselhos e a Câmara Superior de Recursos;
- 2017** O CARF recebe certificação da Norma ISO 9001:2015 em relação aos seus processos de trabalho finalísticos, mantida nos anos seguintes;
- 2019** Elaborado o Código e instituída a Comissão para tratar da Conduta Ética dos conselheiros e servidores.